



1.12 • Conjuntura Internacional

Quo Vadis, Liderança Servidora?

VINTE E CINCO ANOS após a libertação de Nelson Mandela (11 de Fevereiro de 1990) a credibilidade da principal organização continental africana e os valores a que ele dedicou sessenta e sete anos de vida política ativa, sofreram um revés com a subida de Robert Mugabe à presidência da União Africana.

Robert Mugabe

O líder histórico da Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (ZANU-PF) que, nas últimas décadas, liderou um processo de alegada redistribuição das riquezas do país pela maioria negra (mas que, na verdade, reverteu para apoiantes do seu partido), conduziu aquele que era um dos celeiros do subcontinente à dependência de ajuda alimentar externa e ao colapso da maioria das suas indústrias.

Mesmo os brancos que, logo após a transformação da Rodésia em Zimbabwe, aderiram ao convite do então conciliatório Mugabe, para investirem no novo país, por decreto foram expropriados de terras e outras propriedades, e sujeitos a humilhações e agressões.

Apenas escaparam a esta derrapagem os que, temendo o pior, preferiram fugir das suas propriedades antes da respectiva ocupação pelos auto-proclamados “antigos combatentes”.

Muitos deles, em rigor, quando muito andaram na escolar primária por altura da fundação do novo país e não eram guerrilheiros envolvidos no combate à administração de Ian Smith.

Por critérios puramente raciais – a favor de (certos) negros –, por um lado, e de gratificação dos seus, por outro, Mugabe continua até hoje a promover a expropriação de propriedades e de todo o tipo de fontes de receitas, ainda pertencentes a cidadãos brancos ou a estrangeiros.

Entretanto tem sido reconduzido no cargo em sucessivas eleições, manchadas por irregularidades graves e violações das liberdades de expressão e dos direitos humanos dos opositores.

Enquanto os médias públicas servem de veículo exclusivo da campanha de Mugabe e do seu partido, foi proibida a acreditação de correspondentes estrangeiros no país.

Este é o homem que assumiu em 2015 a presidência da União Africana que, em 2002 sucedeu à OUA, Organização de Unidade Africana, em Durban, durante a que seria a 38ª e última Cimeira, de uma plataforma criada para liderar a transformação de África, de território colonial num todo independente.

Um novo começo (?)

Oito anos após a África do Sul ter saído do apartheid, o seu então presidente Thabo Mbeki afirmou que África precisava “de um novo começo” e era clara-

mente necessário que os seus líderes reflectissem e trabalhassem de maneira diferente: “Os povos necessitam de democracia, boa governação, erradicação da corrupção, de direitos humanos, de paz e de estabilidade”, sublinhou o sucessor de Nelson Mandela na presidência sul-africana.

No mesmo sentido, o então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan (natural do Gana) advertia os dirigentes africanos que deveriam evitar “confundir as nossas esperanças com a realidade” e pensarem que uma vez proclamada a União Africana esta se tornaria “realidade sem maiores esforços” dos líderes continentais.

“
O ANC partilha da opinião de que o Tribunal Penal Internacional já não serve os propósitos para os quais foi constituído. São os países africanos e da Europa de Leste que continuam injustificadamente a suportar o peso das decisões do tribunal.”

Vinte e cinco anos após a libertação de Nelson Mandela, os avisos de Mbeki e Annan assumem

hoje uma força redobrada, com a referida nomeação de Mugabe e a face autocrática cada vez mais assumida pelo African National Congress (ANC), na administração da África do Sul, em arrepio dos valores que tornaram Madiba uma referência à escala mundial.

“A democracia africana é uma boa governação”

Passados treze anos da Cimeira constitutiva da União Africana, a que assisti em Durban, em destacamento pela Lusa e pela RTP, recupero das minhas notas de reportagem o aviso-ameaça lançado na altura por Muhamar Kadhafi ao Ocidente: “Os que quiserem ajudar-nos serão bem-vindos, mas não queremos aqueles que nos querem impor condições. Os africanos não são mendigos”, afirmava o homem que queria ver sedeado o Parlamento Africano na (sua) Líbia, país onde a democracia era uma miragem.

“Não somos alunos que têm necessidade de ensinamento. Vamos tentar defender os direitos humanos e construir democracias populares segundo os nossos próprios estilos e métodos. A democracia africana é uma boa governação”, concluiu o polémico líder líbio.

O que estava em causa não era a veracidade e a justeza destas afirmações, em si, mas aquilo por elas traduzido na realidade; i. e. quem tutelava o poder poderia não só continuar ad eternum nessas funções como recorrer à máquina do Estado para interesses partidários e pessoais, esmagando

CARACTERIZAÇÃO BREVE DA UNIÃO AFRICANA

Sucede à OUA, Organização da Unidade Africana
É composta por 54 membros

Órgãos de topo

Assembleia, Conselho Executivo e Comissão

Outros órgãos

Conselho Executivo da União Africana

Comité de Paz e Segurança da União Africana

Comité de Representantes Permanentes da União Africana

Parlamento Pan-africano

Tribunal Judicial da União Africana

Comité sobre Economia Rural e Agricultura

Comité sobre Assuntos Monetários e Financeiros

Comité sobre Comércio, Alfândegas e Imigração

Comité sobre Educação, Cultura e Recursos Humanos

Comité sobre Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Ambiente

Comité sobre Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais

Comité sobre Transportes, Comunicações e Turismo

Comunidade da África Oriental (EAC)

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)

União Árabe do Magrebe (UMA)

Zona Tripartida de Livre Comércio – ZITC (acordo assinado em 2015, prevendo-se que entre em vigor em 2017)

PALAVRAS DE NELSON MANDELA

“There is nothing I fear more than waking up without a program that will help me bring a little happiness to those with no resources, those who are poor, illiterate, and ridden with terminal disease”.

LIDERANÇA SERVIDORA

A expressão foi usada no livro *The Servant As Leader*, de Robert K. Greenleaf, publicado em 1970, atribuindo-se a este autor norte-americano a criação do conceito.

A liderança servidora (*servant leadership*) sustenta que os verdadeiros líderes agem como servidores, considerando as necessidades das suas comunidades em primeiro lugar e acima dos seus próprios interesses.

Do mesmo autor destacam-se ainda *The Servant-Leader Within a Transformative Path* (2003) e *Servant Leadership: A Journey into the Nature of Legitimate Power and Greatness* (1977).

dissidências ou críticas externas como “traição” (no primeiro caso) ou antipatriotismo (no segundo). Uma evidência que foi, assim mesmo, verbalizada (e discutida), durante a Cimeira de Durban – ainda que com grande desconforto, evidente, de muitas delegações participantes – graças à frontalidade dos anfitriões sul-africanos, onde ainda pontuavam, na altura, diversos antigos lugares-tenente de Mandela.

Se durante a década anterior qualquer reparo feito no mesmo sentido por interlocutores externos era de imediato rejeitado como tradutor de interesses neocoloniais ou postura paternalista, senão racista, quando o reparo surgiu de vítimas directas do apartheid, o contra-argumento ficou descalço.

Mas, de facto, a única mutação desde então verificada nesse tabuleiro foi o calar das vozes de urgência de lideranças servidoras dos respectivos povos e não dos interesses de quem exerce o poder e em cuja periferia prosperam interesses directos e indirectos próximos.

E nesse cenário, Pretória ressurgiu como exemplo, desta vez pela negativa e em arrepio dos valores legados por Nelson Mandela.

O silêncio das lideranças servidoras

O mais recente sinal disso mesmo foi o fechar dos olhos à “escapatória” do presidente sudanês Omar al-Bashir, através de uma base aérea militar, na África do Sul, depois de um tribunal de Pretória ter dado provimento a um mandado de captura emitido contra ele pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), em 4 de Março de 2009, o primeiro emitido em nome de um chefe de Estado em exercício.

Omar al-Bashir encontrava-se na África do Sul para participar na cimeira da União Africana em Joanesburgo. Aproveitando a sua presença neste país, que aderiu ao TPI, esta instância da Organização das Nações Unidas com sede em Haia pediu à justiça sul-africana a execução do mandado de

captura emitido em nome de al-Bashir.

O líder sudanês é acusado de crimes de guerra e contra a humanidade, cometidos em 2009, e ainda por genocídio, uma acusação de 2010 e, por isso mesmo, o juiz de Pretória ditara que al-Bashir não poderia “deixar a África do Sul até que haja uma decisão definitiva sobre este assunto, e as autoridades devem tomar todas as medidas para o impedir [de sair]”.

Só que o governo de Jacob Zuma optou por se alinhar com os que em África rejeitam mandados internacionais, exteriores ao continente africano, assumindo-os como actos persecutórios.

Incumprimento das ordens do TPI

Nesse sentido, o partido no poder na África do Sul desde 1994, o African National Congress (ANC) de Nelson Mandela, em vez de defender a dignidade da separação de poderes no país, acusou o juiz de Pretória de sancionar “a aplicação selectiva da justiça” pelas instâncias internacionais.

“O ANC partilha da opinião de que o Tribunal Penal Internacional já não serve os propósitos para os quais foi constituído. São os países africanos e da Europa de Leste que continuam injustificadamente a suportar o peso das decisões do tribunal. O caso do Sudão é o exemplo mais recente” – pontificou a organização que já foi liderada por dois prémios Nobel de Paz (Albert Luthuli e Nelson Mandela).

Os crimes imputados a al-Bashir prendem-se com Darfur, a região onde eclodiu um conflito armado, em 2003, entre as forças do presidente e combatentes locais que acusam o regime de marginalização propositada com o objectivo de ali realizar uma limpeza étnica e onde, de acordo com os números divulgados pela Organização das Nações Unidas, mais de 300 mil pessoas morreram e 2,5 milhões foram forçadas a sair das suas casas. ■

Notas

¹ Robert Mugabe tem 91 anos e foi primeiro-ministro de 1980 a 1986, data a partir da qual assumiu a presidência do Zimbabwe.

² Depois da Declaração Unilateral de Independência foi primeiro-ministro da Rodésia, de 1965 a 1979.

³ Presidente da África do Sul, de 1999 a 2008.

⁴ Chefe de Estado da Líbia entre 1969 e 2011.

⁵ No poder desde 30 de Junho de 1989.

⁶ Presidente da África do Sul desde 2009, depois de ter sido vice-presidente entre 1999 e 2005.